

Brasil Fol - 601

Decisão do Conselho desagrada Bierrembach

JORNAL DE BRASÍLIA 15 AGO 1985

"O Conselho Político do Governo está botando o carro na frente dos bois, porque é impossível saber com um mês de antecedência o que o Congresso Nacional vai votar" — a declaração é do relator da Comissão Mista que estuda a proposta de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Flávio Bierrembach (PMDB-SP), a respeito das colocações feitas pelo Conselho contra as candidaturas avulsas e a discussão sobre o "quorum" da Constituinte. De acordo com o parlamentar paulista, "o Congresso Nacional deve ser o estuário da aspiração da sociedade" e, nesse sentido, deve fazer o máximo para aproximar a população da Constituinte.

Apesar de compreender as razões que levaram o deputado e líder do Governo na Câmara Federal, Pimenta da Veiga, a discordar da candidatura avulsa, Flávio Bierrembach voltou a se mostrar favorável à idéia, chegando mesmo a considerar mais racional o uso do voto majoritário para os delegados que representariam as entidades de defesa dos diversos segmentos sociais, enquanto a proporcionalidade seria usada apenas para os candidatos eleitos filiados a partidos políticos.

Na próxima sexta-feira, prazo final para o recebimento de emendas, ele diz que deverá ter pronto o cronograma da Comissão Mista. Sem

querer adiantar nenhum evento, a não ser a reunião da próxima terça-feira, o deputado paulista previu que somente deverão ser apresentadas 8 emendas à proposta do presidente José Sarney.

O parlamentar paulista concorda com a proibição constitucional de membros das Forças Armadas na ativa e do Poder Judiciário possam se candidatar a cargos eletivos. Para ele, "a missão constitucional deferida às Forças Armadas é incompatível com as atividades do parlamento e da Constituinte". Para se eleger, o militar deve ser reformado e o juiz deixar a toga, pois a este último cabe "dirimir conflitos que envolvam violação de direitos. Ele não pode conciliar o seu julgamento com a legislação em vigor e, ao mesmo tempo, participar da redação de uma nova".

Sobre a Comissão do Poder Legislativo para debater com a população e recolher sugestões para a Assembleia Nacional Constituinte, o deputado considerou a sua instalação positiva, mas, ressaltou "como a comissão do executivo presidida pelo jurista Alfonso Arinos, poderá ser útil ou inútil". No entanto, como forma de conscientização da sociedade, Flávio considerou "ideal que cada casa legislativa tivesse uma comissão como a que será elaborada pelo Congresso Nacional".

ANC 88
Pasta 08/85
056/1985

Lyra contra outra comissão

O ministro da Justiça, Fernando Lyra, manifestou-se ontem contrário à decisão do Conselho Político do governo de criar uma comissão legislativa que seria instalada durante o período de funcionamento da Constituinte, para cuidar especificamente da legislação ordinária. Lyra deixou claro que é favorável ao funcionamento do Congresso concomitantemente ao trabalho constituinte.

Para ele, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte deve ser a mais simples possível, rejeitando, portanto, as propostas de subemendas que deverão ser apresentadas, inclusive pelo seu partido, o PMDB. Na opinião de Lyra, não existe nenhuma incompatibilidade em o Congresso

funcionar como Câmara e Senado, durante a Constituinte. "Foi isso que norteou a mensagem presidencial de convocação da Assembleia".

Explicou que o que pode haver é a Constituinte, ao votar o seu regimento interno, entender que o Congresso deverá funcionar em esforço concentrado. Ele acha improvável que a tese de criação da comissão especial seja aprovada pelos parlamentares.

Entende o ministro da Justiça que esta comissão limita a ação dos parlamentares e privilegia os membros da comissão. Lyra considera a comissão completamente inviável, questionando sobre quem seria o presidente da Câmara ou os secretários das mesas das duas Casas do Congresso.